



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 07/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 1527/2006 (7 vols.)**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Guajará.
- 4- **Exercício:** 2005.
- 5- **Responsável:** Sr. Samuel Farias de Oliveira, Prefeito Municipal de Guajará.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI – Informação nº 4/2014 (fls. 1202).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 179/2014-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 1203/1204).
- 8- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Guajará. Exercício de 2005.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando à Câmara Municipal de Guajará a desaprovação das Contas do Município, exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. Samuel Farias de Oliveira, Prefeito Municipal de Guajará, conforme o disposto no art. 223, §3º, da Resolução nº 04/2002.

10- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 06 de março de 2014.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 07/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE/AM nº 1527/2006 – fl. 07

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada).

12.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE
Conselheiro

JULIO CABRAL
Conselheiro

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Convocada

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 07/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 07/2014)

- 1- **Processo TCE nº 1527/2006 (7 vols.)**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Guajará.
- 4- **Exercício:** 2005.
- 5- **Responsável:** Sr. Samuel Farias de Oliveira, Prefeito Municipal de Guajará.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI – Informação nº 4/2014 (fls. 1202).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 179/2014-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 1203/1204).
- 8- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Guajará. Exercício de 2005.

Contas irregulares. Glosa. Multas. Prazo para o recolhimento. Autorizada cobrança executiva. Determinação à origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em consonância**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1 - à unanimidade, nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, no sentido de:

9.1.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Guajará, que tem como responsável o Senhor Samuel Farias de Oliveira, nos termos dos arts. 22, III, “b” e 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b”, da Resolução 04/02-TCE/AM;

9.1.2- Determinar a glosa no valor de R\$ 405.086,06 (Quatrocentos e cinco mil, oitenta e seis reais e seis centavos), em vista da ausência de comprovação da execução do objeto referente aos Contratos nºs 023, 024 (com numeração repetida), 026, 034, 035/2005, conforme valores discriminadas à fl. 12 da presente Proposta de Voto, nos termos do art. 304, II c/c art. 305 da Resolução 4/2002 – TCE/AM;

9.1.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais dos valores das penalidades impostas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor das multas deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

9.1.4- Autorizar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;

9.1.5- Determinar ao atual Prefeito do Município de Guajará a adoção das seguintes medidas:



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 07/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 07/2014)**

Processo TCE/AM nº 1527/2006 (7 vols.) – fl. 02

a. Observância de todos os ditames da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 8.666/93), com a apresentação da documentação necessária, primando pela formalização dos contratos de forma adequada e observando a finalidade pública;

b. Observância do art. 4º, §1º e do art. 7º, inciso II, da Resolução nº 10/2012 – TCE/AM, de forma a verificar o prazo de remessa das movimentações contábeis via Sistema ACP/Captura;

c. Demonstre com todos os documentos plausíveis a efetiva execução das obras e dos serviços de engenharia;

d. Observância do disposto no artigo 38, X e XII, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei n. 8.666/93, organizando os documentos relativos aos pagamentos, identificando qual o procedimento licitatório ou a contratação direta que lhe deu origem;

e. Formalize os Contratos relativos às obras e aos serviços de engenharia, com a adoção dos seguintes procedimentos:

e.1. Manutenção dos documentos técnicos de obras/reformas/serviços de Engenharia nos arquivos municipais;

e.2. Observância do artigo 6º, inciso IX, da Lei n. 8.666/93 para fins de elaboração de Projeto Básico para obras e serviços de engenharia com todos os documentos necessários;

e.3. Observância quanto à exigência de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (art. 1º, 2º e 3º da Lei n. 6496/77);

e.4. Emissão de Planilhas de Medição (artigo 67 da Lei n. 8.666/93); e,

e.5. Emissão de Termo de Recebimento Definitivo da Obra (artigo 73, inciso I, alínea “b”, da Lei n. 8.666/93).

9.2- Por maioria, nos termos da proposta de voto do Auditor- Relator, no sentido de:

9.2.1- Aplicar multa ao Senhor Samuel Farias de Oliveira, responsável pela Prefeitura Municipal de Guajará, exercício de 2005, valor de R\$ R\$ 13.152,36 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), com fulcro no artigo 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pela inobservância dos prazos regulamentares para remessa ao Tribunal, por meio informatizado dos registros analíticos, nos meses de janeiro a dezembro/2005;

9.2.2 - Aplicar multa ao Senhor Samuel Farias de Oliveira, responsável pela Prefeitura Municipal de Itapiranga, exercício de 2005, no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, por todas as infrações às normas legais apontadas no bojo da presente Proposta de Voto;

9.1.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais dos valores das penalidades impostas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor das multas deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 07/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 07/2014)**

Processo TCE/AM nº 1527/2006 (7 vols.) – fl. 03

9.1.4- Autorizar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;

Acompanharam o voto do Relator os Conselheiros Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral e a Conselheira Convocada Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos. Vencido o voto-destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles, que divergiu quanto aos valores das multas aplicadas pelo Relator. Vencido o Voto-Destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro pela inaplicabilidade de multa pelo atraso do ACP.

10- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 06 de março de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada).

12.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral